

Escolas e Identidades. O professor do ensino primário no Portugal de Oitocentos

Maria Teresa S. Barros Conde*

O professor do ensino primário oficial que, na sociedade portuguesa, desenvolveu a sua actividade profissional durante a segunda metade do século XIX, apresenta uma identidade própria, possível de compreender por meio da análise das suas características pessoais e da sua prática pedagógica quotidiana. Sem possuir, habitualmente, qualquer formação específica para o exercício das funções docentes, trabalhou muitas vezes com base na observação da prática metodológica do seu próprio mestre, reproduzindo-lhe saberes e atitudes, num comportamento de tipo padronizado.

O ensino normal primário foi introduzido, em Portugal, pela Lei de Passos Manuel (1836) e está associado à necessidade de adestrar os mestres de primeiras letras na prática do ensino mútuo¹. Alguns anos mais tarde, a Lei de Costa Cabral (1844) vai reiterar o interesse e a necessidade de criar escolas normais para habilitar os professores do ensino primário, mas agora sem referência a qualquer modo de ensino, fazendo-o depender do que "mais convier ao bem da instrução, e às diversas circunstâncias"².

Para além da prática pedagógica então assumida pelo professor de primeiras letras, o conhecimento da tipologia dos edifícios escolares que utilizou, bem como do mobiliário e material que tinha à sua disposição, é um contributo relevante para enquadrar o trabalho por ele desenvolvido.

As nossas escolas primárias, entre 1863 e 1866, foram sujeitas a inspecções efectuadas pelos inspectores dos diferentes distritos administrativos. As suas opiniões ficaram registadas em impressos próprios, preenchidos durante as visitas feitas aos estabelecimentos de ensino. O estudo destas fontes primárias a que tive acesso no acervo documental do Arquivo Nacional da Torre do Tombo permite lançar alguns esclarecimentos sobre o quotidiano dos seus docentes e discentes.

Os inquéritos resultantes das inspecções acima referenciadas compreendiam os seguintes quatro capítulos, subdivididos em diversos itens: (i) *Do material e da escola*, (ii) *Do professor*, (iii) *Dos alunos* e (iv) *Das matérias de ensino*.

* UID Observatório de Políticas de Educação e dos Contextos Educativos da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Mestre em Ciências da Educação da Universidade Lusófona e Doutorando da Universidade de Lisboa.

No primeiro Capítulo, foram consideradas as questões da localização da escola, do número de alunos que podia conter de acordo com a área e volumetria do edifício, do mobiliário das salas de aula, do que, na opinião do inspector, faltava à escola "para ser completa" e ainda, do equipamento e material escolar que estavam ao dispor da comunidade educativa. O segundo Capítulo permite lançar alguns esclarecimentos sobre a identidade e prática do professor que ensinava nestas escolas: se era eclesiástico ou secular, que habilitações literárias tinha para exercer o magistério primário, qual o método e modo geral de ensino que utilizava na sua sala de aula e em que percentagem recorria a "programas da distribuição do ensino e dos exercícios escolares por dias e horas de cada semana". O Capítulo seguinte é dedicado aos alunos e permite analisar, entre outros aspectos, qual a sua frequência/assiduidade, isto é, que percentagem de discípulos ia às aulas com regularidade, em função do número dos matriculados, que motivos levavam as crianças a faltar ao trabalho escolar, que progressos experimentavam nos conteúdos programáticos por ocasião da visita; dá-nos, ainda, indicações sobre a maneira como era praticada a divisão dos alunos em classes. O último Capítulo discrimina, dentro das diferentes disciplinas que compreendem o currículo, qual o âmbito e aprofundamento de cada uma delas, tendo em conta o sexo dos educandos.

Entre as várias perguntas apresentadas nos três primeiros capítulos, seleccionei aquelas que me pareceram dar uma panorâmica mais abrangente sobre o tema que pretendo analisar.

A situação escolar no Distrito Administrativo de Faro

No Distrito de Faro³, as inspecções decorreram durante o ano de 1863⁴, com a visita a quarenta e cinco escolas, sendo quatro femininas.

As salas eram, na sua maior parte, divisões alugadas em casas particulares ou na própria casa do professor, de dimensões exíguas, com deficiente iluminação e ventilação. Frequentemente, o inspector faz comentários esclarecedores sobre as más condições físicas da escola: "apresenta um aspecto lastimoso; casa deficientíssima"⁵, ou "causou-me impressão desagradável (...) a casa da escola baixa, térrea, arruinada!"⁶. Pelas áreas apresentadas⁷, as escolas masculinas podiam acolher entre dez e oitenta alunos, exceptuando-se as localizadas nas vilas de Loulé e Portimão, cuja capacidade ia até cento e vinte. Nas quatro escolas femininas, havia entre cinquenta e cem lugares.

O mobiliário das salas, nas escolas de ambos os sexos, era insuficiente e pouco variado, limitando-se a bancas, mesas e cadeiras, escabelos⁸, algumas estantes e cabides. Como em grande parte das escolas não havia assentos para todos, os alunos traziam-nos de casa. Não havia material didáctico em 93% do total das salas de aula e, nas restantes, estava reduzido à sua expressão mais simples referenciando-se, apenas, um ou outro quadro preto, tabelas de leitura manuscritas⁹, traslados impressos que pertenciam ao professor; e algumas ardósias, propriedade dos alunos.

Sobre o material em falta, a preocupação quase exclusiva do inspetor vai para as condições das salas de aula apontando, frequentemente, a necessidade de se proceder a obras de melhoramento, "rasgando" janelas por causa da falta de luz e de ventilação, assoalhando o chão que era térreo, ou propondo consertos vários para travar a degradação dos edifícios. Muitas vezes, quando a execução das obras parece impossível ou insuficiente para as necessidades, aconselha mesmo a mudança da escola para outro local¹⁰. É sempre mencionado como fazendo falta nas aulas, mais mobiliário, mapas e modelos dos novos pesos e medidas¹¹, colecções de abecedários, tabelas de leitura e numeração, quadros pretos e ardósias para os exercícios de escrita e aritmética.

A situação dos docentes, neste Distrito, apresenta grandes semelhanças entre si. Assim, todos os professores, quer do ensino masculino, quer do feminino, são laicos. As habilitações literárias da grande maioria dos professores de rapazes são inexistentes (76%), embora dentro deste universo se referenciem casos de sucesso¹² que contrastam com situações de lamentável desempenho¹³. Para os poucos docentes que apresentam alguma formação, ela divide-se entre o exame liceal de Latim, Lógica e Retórica (19%) e o curso do Seminário de Faro (5%)¹⁴. As mestras de meninas não têm qualquer formação académica.

De uma forma muito expressiva, os professores utilizam, na sua prática pedagógica, o método de ensino misto¹⁵ (98%), com um único caso a recorrer ao método individual. As professoras utilizam, exclusivamente, o método individual.

Na prática lectiva, nem mestres nem mestras têm qualquer "programa da distribuição do ensino (...) pelos dias e horas da cada semana"¹⁶.

A frequência escolar, relativamente ao número de crianças matriculadas, varia entre 42% e 100% para os rapazes e 65% e 100% para as meninas.

A divisão das turmas em classes, sempre em número de três¹⁷, é bastante utilizada nas escolas masculinas deste Distrito (85%) e, nunca ocorre nas femininas.

A situação escolar no Distrito Administrativo de Lisboa

Entre 1863 e 1866, foram inspeccionadas ao todo, no Distrito de Lisboa¹⁸, província da Estremadura, cento e quarenta escolas do ensino primário oficial. Estavam instaladas em edifícios públicos ou salas alugadas, com áreas aceitáveis e, geralmente, com condições de salubridade.

Dado o elevado número de estabelecimentos de ensino e para uma melhor compreensão vamos analisar, separadamente, as escolas de cada sexo.

Escolas masculinas

Foram visitados cento e dez estabelecimentos de ensino primário oficial de rapazes.

A capacidade da maioria das escolas, de acordo com as áreas apresentadas¹⁹, oscilava entre os doze e os cento e cinquenta alunos. As duas únicas escolas de ensino

mútuo existentes²⁰ podiam acolher uma, cento e vinte, a outra, duzentos alunos. A escola anexa à Escola Normal Primária de Lisboa tinha uma capacidade máxima de cento e cinquenta e oito alunos, divididos por uma sala maior de oitenta lugares, outra de sessenta e, ainda, um gabinete onde se poderiam instalar até dezoito discípulos²¹.

A mobília que equipava o conjunto das escolas era bastante completa e reflectia preocupações com a saúde dos seus utentes e com a decoração das salas de aula. O material ao dispor dos alunos e professores da escola anexa e das duas escolas de ensino mútuo da capital era o mais completo. O inventário dos móveis compreendia: cadeira e mesa para o professor colocadas sobre um estrado, marcando a hierarquia e possibilitando-lhe o controle da sala num plano privilegiado, bancas com oleado, bancas com tinteiros, bancos-caixa para guardar materiais diversos, bancos com e sem costas, cabides, cadeiras, cadeiras de couro, cadeiras baixas, caixas de pinho para armazenar objectos, canapés, carteiras, carteiras com bancos integrados, estantes, mesas e bancas de abas para exercícios de escrita, mesas redondas, mochos²², quadros com motivos religiosos para "embelezar" as paredes, talhas para depositar a água e relógios para controlar o ritmo das diferentes actividades lectivas. As peças de mobiliário eram feitas, sobretudo, em pinho natural que, nalguns casos, estava pintado de verde, encarnado ou branco.

O material didáctico disponível era diverso: panos verdes de baeta²³ para colocar sobre as mesas de escrita, abecedários do método de Castilho, ardósias, exemplares de escrita, mapas geográficos, quadros pretos, quadros de cálculo, de desenho linear, de sistema métrico, silabários, tabelas de alfabetos, tabelas de leitura, tabelas de palavras, tábuas de cálculo e traslados²⁴. A escola anexa acrescentava a esta lista mais algum equipamento não referido para os outros estabelecimentos de ensino: um crucifixo com "doce e represa", "tabelas com instruções, horários e programas dos alunos", o "retrato de D. Pedro V", tinteiros fixos, mapa de pesos e medidas, colecções de modelos e padrões métricos, resenhas alfabéticas e compêndios. Para completar o equipamento, o inspector pedia, ainda, ábacos ou contadores, colecções para "as lições de coisas pelo sistema de Pestalozzi"²⁵, encostos nos bancos dos discípulos "por ser este sistema o mais higiénico" e "colecções e modelos vindos do estrangeiro", sem especificar quais. Uma vez que este é o resultado do levantamento feito em todas as escolas masculinas do Distrito de Lisboa, o inspector ia apontando, caso a caso, a necessidade do material que constava desta lista e que faltava na escola onde estava a proceder à avaliação.

Em relação aos professores, poucos eram os eclesiásticos, entre capelães, párcos, padres e priores, sendo os laicos a maioria (85%). As habilitações literárias compreendiam uma grande variedade de conhecimentos, provenientes dos mais diversos quadrantes de formação. Na prática, parece que qualquer formação se considerava adequada para leccionar o ensino primário e era suficiente para obter o provimento das cadeiras oficiais. Assim, são referidas habilitações como a Academia da Marinha (1%), o Colégio Militar (1%), o curso do comércio (1%), o curso politécnico

(2%), o curso secundário ou do liceu (4%), conhecimentos de Francês, Música e Latim (11%) e o curso normal do método Castilho (1%)²⁶. A instrução primária ocupava lugar destacado na habilitação dos docentes deste Distrito (35%), seguida do curso tirado nos seminários diocesanos²⁷ (10%). Sem referir a formação, mas com conhecimentos considerados “regulares”, estão 10% dos mestres e, com conhecimentos “muito elementares” ou “medíocres”, 24%²⁸.

Sobre os modos de trabalho mais utilizados, verifica-se que o destaque vai para o individual²⁹ (48%), seguido do misto (36%) e do simultâneo associado ao individual (4%)³⁰; o método de leitura Castilho³¹ corresponde a 4% das escolhas; a restante percentagem divide-se entre a utilização do método de leitura de J. R. Paz³², a associação do método simultâneo com o mútuo³³ e ao trabalho sem recurso a qualquer método de ensino específico.

As escolas com planificação por parte dos seus professores eram uma minoria (10%) mas, quando existia, era feita de um modo explícito e detalhado.

A frequência às aulas, tendo em consideração o número dos alunos que se encontravam matriculados, oscilava entre os 11% e os cerca de 100%.

As aulas estavam divididas em classes em 63% das escolas inspeccionadas. A maioria das turmas estava dividida em três classes³⁴ mas, havia turmas com quatro, cinco e seis. A escola anexa à Escola Normal Primária de Lisboa vivia uma situação especial, pois contava com a colaboração dos alunos-mestres da Escola Normal³⁵. Nas duas escolas de ensino mútuo, os alunos estavam divididos em oito classes, como era recomendação formal do *Directório das Escolas Primárias*³⁶ que regulava este tipo de ensino.

Escolas femininas

Foram inspeccionadas trinta escolas de meninas que podiam acolher entre vinte e quatro e setenta discípulas. Nalguns casos, a escola funcionava em duas salas³⁷, uma destinada aos “trabalhos literários” e outra aos “trabalhos femininos”.

A mobília que equipava estas escolas era menos variada do que a das escolas masculinas do Distrito, compreendendo cabides para colocar os chapéus, bancos, cadeiras, cadeirinhas baixas para os trabalhos da costura, canapés, mesas ou bancadas com abas, mesas de costura, mesas redondas, mochos, quadros religiosos “ornando as paredes”, talhas com torneira para armazenar água e, numa das escolas havia um relógio³⁸ e noutra, uma estante para arrumar os utensílios dos labores³⁹. A listagem do material disponível integrava quadros pretos, ardósias, contadores mecânicos para efectuar “cálculos de quantidades”, tabelas pelo método Castilho e traslados. O inspector registou que faziam falta mapas de Portugal.

As mestras pertenciam, quase exclusivamente, à sociedade civil (97%) com excepção de uma que era “recolhida da Ordem Terceira”⁴⁰. Muitas apresentavam como habilitações académicas o exame da instrução primária (33%) ou o conhecimento

da língua francesa (17%); às outras, apenas se qualificava o seu desempenho como “muito elementar” ou “mediocre” (40%) e “regular” (10%). Para além da formação literária que, como acabámos de ver, era limitada, o inspector valorizava a capacidade das mestras para ensinarem “as prendas próprias do sexo”, realçando que algumas eram “peritas” em labores (17%). A este propósito, o seu comentário, em dois casos, é bastante elucidativo: “as [habilitações] literárias são fracas, em prendas, porém é muito distinta”⁴¹ e “instrução primária muito limitada mas bastante perita em bordados”⁴².

A escolha do modo recaía, maioritariamente, sobre o individual (67%) que, nalguns casos, era exercido com recurso a elementos exteriores à escola, tais como irmãs⁴³, parentes⁴⁴, ou filhas⁴⁵; era utilizado, também, o método misto (16%) e o método Castilho (10%); duas mestras trabalhavam sem recurso a qualquer método específico (7%).

As escolas inspeccionadas não apresentavam programas de trabalho; numa fase referênciada a um regulamento⁴⁶.

A assiduidade da população escolar oscilava entre os 10% e os 100%⁴⁷.

Relativamente à organização do trabalho, 53% das turmas estavam divididas em classes; a maioria em três, uma em quatro e uma em oito.

Reflexão final

A análise da realidade observada nos distritos de Lisboa e de Faro, facilmente destaca contrastes significativos.

Assim, para o ensino dos rapazes e começando pela situação das escolas, vemos que o número destas, no Distrito de Lisboa, é quase o triplo das existentes no de Faro. É superior, também, a sua capacidade para acolher alunos e a percentagem de utilização de programas no trabalho quotidiano. Apenas relativamente às classes, Faro apresenta mais escolas que recorrem à divisão dos alunos no desenvolvimento dos programas escolares.

Sobre os professores, o Distrito de Lisboa apresenta uma percentagem de mestres laicos muito superior aos eclesiásticos (85%) e no de Faro nenhum professor é sacerdote. As habilitações literárias revelam um leque diversificado de cursos de formação de base, onde se destacam o exame da instrução primária e o curso do seminário; é importante realçar que, de trabalho “muito elementar” ou “mediocre”, se classifica o desempenho de cerca de um quarto dos professores daquela região. Em Faro, mais de três quartos dos seus mestres não têm qualquer habilitação. O modo de ensino utilizado na região é, quase exclusivamente, o simultâneo-individual, que, em Lisboa, constitui a segunda opção (36%), sendo a primeira o método individual (47%). Vemos, assim, que, apesar de diferenças pontuais, é possível estabelecer um padrão transversal para os mestres de primeiras letras dos dois distritos analisados: pertencem à sociedade civil, têm uma preparação académica inadequada e/ou

insuficiente para a função que desempenham, trabalham sem programação e com recurso aos modos tradicionais (simultâneo e individual). Especificamente para a leitura, a utilização do método de Castilho é pouco expressiva no cômputo geral.

Sobre o ensino feminino, as escolas do Distrito de Faro são, numericamente, cerca de um oitavo das que existem no de Lisboa, no entanto, a sua capacidade em número de lugares disponíveis é superior. A frequência média das alunas é maior em Faro. A programação do ensino é pouco habitual nas escolas femininas das duas regiões, embora em Lisboa seja, ligeiramente, superior. A divisão das turmas em classes é inexistente no Distrito de Faro mas tem incidência significativa nas escolas do Distrito de Lisboa (53%).

Este levantamento permite, também, traçar um perfil comum às mestras dos dois distritos em confronto, apresentando bastante similitude entre si. Todas pertencem à sociedade civil. As suas habilitações académicas, no Distrito de Lisboa, limitam-se, sobretudo, ao exame da instrução primária (43%) ou a conhecimentos rudimentares de francês (10%). Um desempenho "mediocre" é atribuído a 40% delas. Em muitos casos, estas limitações são compensadas por uma habilidade "boa" ou "muito boa" para os trabalhos de labores, nomeadamente "o corte e costura", a qual é muito valorizada, devido à importância desta competência no papel da mulher contemporânea, destinada a assumir as funções de esposa e mãe. Em Faro, a sua formação académica é inexistente e pouco se refere sobre a destreza para os "trabalhos da agulha". O modo mais utilizado, nos dois distritos, é o individual, aquele que, por certo, foi usado na sua própria aprendizagem: no Distrito de Faro, em regime de exclusividade; em Lisboa, atingindo os 60% e seguido do simultâneo-individual (18%); para a leitura, o método de Castilho congrega poucas escolhas. Trabalham sem qualquer programação de horário ou matérias.

A precária situação do ensino primário oficial no Portugal de Oitocentos terá, com certeza, justificações diversas. Por um lado, pode apontar-se o absentismo ligado a razões de ordem económica devido à necessidade de os filhos ajudarem os pais nos trabalhos domésticos, na agricultura ou contribuindo para a magra economia familiar, por meio do seu trabalho à jorna; por outro lado, razões de ordem geográfica, que se prendem com a distância da casa de família à escola, agravada pelo mau tempo do Inverno e pela necessidade das crianças percorrerem a pé caminhos intransitáveis; não menos importantes são, em muitos casos, o desinteresse dos pais pela educação dos filhos e a má qualidade do ensino prestado pelos professores com um deficiente desempenho profissional relacionado com a falta de conhecimentos e, mesmo, o desinteresse em relação à escola e aos alunos.

O registo feito sobre as escolas, tanto masculinas como femininas, e nas duas regiões analisadas, mostra que a situação do Distrito de Lisboa é significativamente melhor, em comparação com o Distrito de Faro, não só pelo número de escolas mas, sobretudo, pela diversidade do equipamento, pela formação exibida pelos docentes e pelas metodologias utilizadas.

A coincidência geográfica do Distrito de Lisboa com o centro do poder político poderá, talvez, constituir uma explicação aceitável para uma maior sensibilidade das populações, relativamente às vantagens da instrução, assumindo, por parte das famílias, um combate à ignorância que era filha do analfabetismo. Ao facultar aos seus educandos o acesso às escolas de primeiras letras, alguns pais admitiriam já, por certo, garantir-lhes um futuro mais promissor.

De qualquer modo, a ineficácia da engenharia curricular e o precário rendimento dos aprendentes atravessou, transversalmente, a escola elementar da 2.^a metade do século XIX e é indissociável da má preparação dos professores. Sobre esta temática e apenas para citar um exemplo, o Conselho Superior de Instrução Pública vai registar, nos *Relatórios das Secções* (1858-1859), o seguinte comentário bem esclarecedor:

“Causa dor o ver de que modo muitos, aliás considerados como distintos, e a seu modo solícitos e inteligentes, porfiam, contra todos os melhoramentos, em não abandonar as mais rotineiras e absurdas práticas da velha escola. Não há que esperar um permanente e geral aperfeiçoamento, senão de uma geração de professores, educados em boas escolas normais”⁴⁸.

Notas

- ¹ Este modo de ensino foi introduzido na Europa por Andrew Bell que o aplicara com bons resultados no asilo de Ermore, na Índia, nos finais do século XVIII, e foi depois usado por Joseph Lancaster na sua escola para crianças carenciadas dos arredores de Londres, no início do século XIX. O sucesso dos resultados obtidos levaram a que o ensino mútuo fosse, rapidamente, importado por muitos países em todo o mundo.
- ² Capítulo I, Art.º 2.º.
- ³ O Distrito de Faro era composto, naquela época, por treze concelhos que foram inspeccionados na sua totalidade: Albufeira, Alcoutim, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Silves, Tavira, Vila Nova de Portimão e Vila Real de St.º António. In Leal, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho (1880). *Portugal Antigo e Moderno – Dicionário geográfico, estatístico, corográfico, heráldico, arqueológico, histórico, biográfico e etimológico de todas as cidades, vilas e freguesias de Portugal*. Lisboa: Livraria Editora de Matos Moreira & Companhia.
- ⁴ O inspector Abílio da Cunha foi nomeado para este trabalho por Portaria de 23 de Julho de 1863 e, nesse mesmo ano, entre 23 de Outubro e 6 de Novembro visitou as escolas do Sotavento e entre 16 de Novembro e 7 de Dezembro as escolas do Barlavento algarvio. (I.A.N./T.T., Ministério do Reino, maço n.º 4091).
- ⁵ Escola primária masculina de Moncarapacho, no concelho de Olhão (I.A.N./T.T., Ministério do Reino, maço n.º 4093).
- ⁶ Escola primária masculina, na sede do concelho de Lagoa (I.A.N./T.T., Ministério do Reino, maço n.º 4091).
- ⁷ Neste Distrito, o inspector calculou para as escolas masculinas cerca de 1 m2/aluno, e para as femininas, menos de metade deste valor, situando-se entre 0,36 m2 e 0,40 m2/aluna (I.A.N./T.T., Ministério do Reino, maço n.º 4093).
- ⁸ Banco com costas, comprido e largo, cujo assento serve de tampo a uma caixa formada pelo mesmo móvel.
- ⁹ Mesmo este material, por vezes, não era apropriado: as “cartas, sentenças e outros manuscritos” à disposição dos alunos da escola primária masculina de Quelfes, no concelho de Faro, eram “de péssima letra e com muitos erros” (I.A.N./T.T., Ministério do Reino, maço n.º 4091).
- ¹⁰ O inspector pede, normalmente, a colaboração do pároco e dos proprietários mais abastados da região. Na escola masculina da freguesia de Santa Bárbara, na cidade de Faro, que era “próxima do cemitério, imprópria e prejudicial à saúde do mestre e dos alunos”, solicitada a colaboração do prior da freguesia que assistiu à inspecção, regista-se: “[ele] prometeu remover a escola para outro local apropriado e salubre” (I.A.N./T.T., Ministério do Reino, maço n.º 4091).

- ¹¹ A utilização de material didáctico adequado, nas aulas, é de grande proveito: "o sistema métrico é ensinado à vista dos próprios pesos, e assim o vi praticar com grande aproveitamento dos alunos". Esta aula prática foi observada na escola masculina da sede de concelho de Tavira (I.A.N./T.T., Ministério do Reino, maço n.º 4091).
- ¹² Sobre o docente da freguesia de Santa Catarina, na cidade de Faro, regista-se: "um professor de reconhecida moralidade, sem habilitações, que supre pelo zelo, pelas luzes e conselhos do pároco" (I.A.N./T.T., Ministério do Reino, maço n.º 4093).
- ¹³ Sobre o professor da escola primária masculina de Moncarapacho, no concelho de Olhão, regista-se: "[é] um velho de 74 anos de idade, sem forças, sem habilitação" (I.A.N./T.T., Ministério do Reino, maço n.º 4093).
- ¹⁴ Apesar de alguns professores terem a formação do seminário episcopal, nenhum é eclesiástico.
- ¹⁵ Associação dos modos de ensino simultâneo e mútuo.
- ¹⁶ Contudo, o inspector, de acordo com o que observou nas aulas, descreve assim, no seu relatório final, o trabalho desenvolvido na escola primária feminina de Faro: "estas [alunas] além das prendas próprias do seu sexo, e mais comuns e necessárias à vida da mulher, aprendem a ler, escrever e contar, e o sistema métrico; estas e as mais escolas estão, porém, organizadas para preparar a mulher para os elevados destinos, e influência, que exercem na Sociedade" (I.A.N./T.T., Ministério do Reino, maço n.º 4091).
- ¹⁷ Normalmente, a 1.ª classe era frequentada pelos alunos mais adiantados, a 2.ª, pelos que tinham conhecimentos médios e a 3.ª classe pelos que acabavam de entrar na escola.
- ¹⁸ No distrito administrativo de Lisboa, naquela época com uma área geográfica muito diferente da actual, foram inspeccionados, em Lisboa, os bairros de Alfama, Alcântara, Rossio e Bairro Alto, e os concelhos de: Alcochete, Aldeia Galega, Alenquer, Almada, Arruda, Azambuja, Barreiro, Belém, Cadaval, Cascais, Sesimbra, Sintra, Grândola, Lourinhã, Mafra, Moita, Oeiras, Olivais, Seixal, S. Tiago do Cacém, Setúbal, Torres Vedras e Vila Franca de Xira. As escolas do concelho de Alcácer do Sal não foram encontradas. Os inquéritos não estão datados nem assinados o que impede uma leitura mais objectiva (I.A.N./T.T., Ministério do Reino, maço n.º 4094).
- ¹⁹ O inspector não indicou como fez os cálculos, impossibilitando-nos de saber qual a área que considerou aconselhável para cada aluno.
- ²⁰ São as escolas primárias para o sexo masculino de Belém e dos Anjos (I.A.N./T.T., Ministério do Reino, maço n.º 4094).
- ²¹ A capacidade máxima não chegou, então, a ser atingida. Um inquérito sobre a escola anexa à Escola Normal Primária de Lisboa, datado de Abril de 1864, refere que havia cento e trinta e quatro alunos matriculados (I.A.N./T.T., Ministério do Reino, maço n.º 4094).
- ²² Banco sem encosto.
- ²³ Tecido felpudo de lã.
- ²⁴ Espécie de modelos escritos, muitas vezes manuscritos pelos mestres e que os alunos utilizavam nas suas cópias.
- ²⁵ O Tratado dos Princípios Aritméticos, segundo o Método de Pestalozzi foi traduzido do inglês por José Ramos Paz (autor do Novo Método para Aprender a Ler). A 2.ª edição data de 1855 (I.A.N./T.T., Ministério do Reino, maço n.º 3527).
- ²⁶ O professor secular José Joaquim Serrão, em exercício na escola anexa à Escola Normal Primária de Lisboa, localizada em Marvila, utilizava "um método especial de leitura" que aprendeu "directamente do seu autor [António Feliciano de Castilho] no curso normal que ele deu em Leiria". Este método, também conhecido por Método de Leitura Repentina, Método Português ou Método Português-Castilho, é inspirado no Cours de Lecture de M. Lemare (I.A.N./T.T., Ministério do Reino, maço n.º 4094).
- ²⁷ De notar que os professores habilitados com o curso do seminário diocesano são em número inferior aos eclesiásticos.
- ²⁸ De "elementar" se qualifica, por exemplo, a formação do professor em exercício na escola masculina de Sesimbra que "aprendeu a ler com o vizinho" (I.A.N./T.T., Ministério do Reino, maço n.º 4094).
- ²⁹ Várias vezes se esclarece que a utilização deste método surge "em consequência da irregularidade da frequência" dos alunos. Assim acontece, por exemplo, na escola primária masculina de Abrigada, concelho de Alenquer (I.A.N./T.T., Ministério do Reino, maço n.º 4094).
- ³⁰ Na escola primária masculina da Vila da Azambuja o professor "usava Castilho com bom resultado mas os pais não sympathizavam; usa [agora] simultâneo e individual" (I.A.N./T.T., Ministério do Reino, maço n.º 4094).
- ³¹ O inquérito da escola anexa à Escola Normal Primária de Marvila, esclarece: "o método especial para o ensino elementar do ler, é o método Português-Castilho com algumas leves supressões (...).

- O modo é o misto. Há disciplinas contudo que são professadas pelo modo simultâneo puro" (I.A.N./T.T., Ministério do Reino, maço n.º 4094).
- ³² A autoria deste "Novo Método de aprender a ler" pertence a José Ramos Paz, professor particular de instrução secundária em Viana do Castelo (I.A.N./T.T., Ministério do Reino, maço n.º 3525).
- ³³ Nas escolas primárias masculinas de ensino mútuo, este não é utilizado em exclusividade. Assim, na escola dos Anjos, aplicava-se "em parte o mútuo e em parte o simultâneo e o individual" e na escola de Belém "o mútuo e a classe mais adiantada com o simultâneo" (I.A.N./T.T., Ministério do Reino, maço n.º 4094).
- ³⁴ O inspector chama a atenção para o facto de, apesar do professor afirmar que tem a sala dividida em classes, isso poder não significar trabalho diferenciado. Na escola primária masculina de S. Tiago, no concelho de Alenquer, registou: "o professor diz que [tem] três [classes] mas não se percebe a vantagem visto tomar lição a cada um" (I.A.N./T.T., Ministério do Reino, maço n.º 4094).
- ³⁵ Refere o inquérito sobre este estabelecimento de ensino: "A escola está dividida em secções e estas em classes. Os alunos-mestres servem de regentes de uma secção completa, e de monitores ou mestres de uma classe, regendo os programas das aulas. Os professores da Escola Normal presidem, aos exercícios didácticos, das respectivas disciplinas" (I.A.N./T.T., Ministério do Reino, maço n.º 4094).
- ³⁶ Publicado por Decreto de 31 de Outubro de 1835 (I.A.N./T.T., Ministério do Reino, maço n.º 3881).
- ³⁷ Nesta situação são referidas a escola primária para o sexo feminino do concelho de Setúbal e localizada nesta cidade e as de Santa Catarina, Santa Isabel e Lapa na freguesia de Alcântara (I.A.N./T.T., Ministério do Reino, maço n.º 4094).
- ³⁸ A escola primária feminina das Mercês, na freguesia do Bairro Alto (I.A.N./T.T., Ministério do Reino, maço n.º 4094).
- ³⁹ A escola primária feminina de Vila Galega, no concelho de Alenquer (I.A.N./T.T., Ministério do Reino, maço n.º 4094).
- ⁴⁰ Leccionava na escola feminina de Vila Galega, na freguesia de Alenquer (I.A.N./T.T., maço n.º 4094).
- ⁴¹ Mestra da escola primária feminina de Setúbal, localizada na sede do concelho com o mesmo nome (I.A.N./T.T., Ministério do Reino, maço n.º 4094).
- ⁴² Mestra da escola primária feminina da freguesia da Madalena, na cidade de Lisboa (I.A.N./T.T., Ministério do Reino, maço n.º 4094).
- ⁴³ Situação referida na escola primária feminina de Santa Isabel, freguesia de Alcântara, onde o inspector escreveu: "tem a irmã que a ajuda" (I.A.N./T.T., Ministério do Reino, maço n.º 4094).
- ⁴⁴ Na escola primária feminina de S. João da Praça, na freguesia de Alcântara, a mestra utiliza o método "individual sendo coadjuvada por uma parenta" (I.A.N./T.T., Ministério do Reino, maço n.º 4094).
- ⁴⁵ Ocorre na escola primária feminina de Benfica (I.A.N./T.T., Ministério do Reino, maço n.º 4094).
- ⁴⁶ Trata-se da escola primária feminina de Vila Franca de Xira, localizada na sede do concelho com o mesmo nome (I.A.N./T.T., Ministério do Reino, maço n.º 4094).
- ⁴⁷ As justificações mais referidas pelo inspector do Distrito para a pouca assiduidade das alunas são: a má qualidade das mestras, a inacessibilidade do local onde se encontra a escola e, revelando a pobreza das populações, a falta de vestuário para "se apresentarem" na escola (I.A.N./T.T., Ministério do Reino, maço n.º 4094).
- ⁴⁸ Cf. Gomes, Joaquim Ferreira (1985). *Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública (1844-1859)*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, p. 288.